

“Monstro devorador do gênio”: confrontos entre imprensa e intelectuais brasileiros na passagem do século

Maurício Silva¹

Abstract

This article analyzes the Brazilian cultural context during the late nineteenth to the twentieth century, from a literary comparativism perspective. For this, emphasizes the author's professionalization and its relationship with journalism. This paper seeks to address the main literary tendencies of Brazil in the turn of the century, through the analysis of aesthetic characteristics present in some of its main representatives. Finally, observes the clashes between the press and Brazilian intellectuals in this period.

key words

Brazilian Literature, journalism, aesthetic, intellectuals, Brazil

Introdução

Como já assinalaram diversos estudiosos da história da imprensa, a passagem do século XIX para o XX marca a transformação irreversível do jornal em produto de consumo corrente, inaugurando uma verdadeira "idade de ouro da imprensa" (Albert e Terrou, 1990, p. 51). Várias causas desse progresso podem ser apontadas, como a generalização da instrução, a democratização da vida política, a urbanização crescente, o desenvolvimento dos transportes e dos meios de comunicação, a modernização das técnicas ligadas à imprensa etc. Tudo isso faria com que essa passagem de século se transformasse, como já apontara Eugen Weber (1988), numa época particularmente afeita às notícias, aos *faits divers*, aos boletins e às manchetes sensacionalistas, enfim, a uma complexa rede de comunicação que tinha em seu ápice o próprio jornal. Além disso, trata-se de uma época que - sobretudo na Europa, mas também no Brasil - seria marcada pela consolidação profissional do jornalista, momento em que este se constitui num autêntico profissional da escrita, adquirindo, a partir de então, prestígio e reconhecimento jamais vistos antes (Boivin, 1949; Martin, 1997).

¹ Maurício Silva. UNINOVE. maurisol@gmail.com

A imprensa, que já tinha uma tradição bastante larga na Europa, com uma história que datava pelo menos desde finais do século XVI, chega no Brasil tardiamente: a princípio, de forma ainda incipiente e precária, ligada à burocracia administrativa, no início do século XIX, trazida por D. João VI; depois, já em fins do mesmo século, com a ocorrência de uma série de transformações sociais, políticas e econômicas, de modo mais desenvolvido. A aquisição de um estatuto empresarial pela imprensa, contudo, vai-se dever, já na passagem do século, principalmente a dois fatores sócio-históricos concretos: a urbanização e a industrialização do país. A partir de então, a imprensa passa a atender às necessidades de divulgação de uma cultura letrada universitária incipiente, de suporte a uma estrutura burocrática comercial e industrial, de apoio à organização administrativa das cidades, de sustentação e divulgação de ideologia diversas etc. (Medina, 1988; Melo, 1973; Sodré, 1977; Capelato, 1988).

Este artigo tem a intenção de verificar como, no Brasil da passagem do século XIX para o XX, a imprensa dialoga com a *intelligentsia* nacional, ora sendo domonizada, ora sendo vitimizada por ela, ao mesmo tempo em que faz desse diálogo uma das fontes de reflexão e de aprimoramento de seu desenvolvimento. É exatamente a partir desse diálogo de mão dupla que a imprensa passa a assumir, no Brasil, um papel determinante no processo de construção de uma sociedade moderna.

Entendendo o conceito de intelectual num sentido lato, como todo indivíduo capaz de mobilizar, por meio de atividades letradas, determinado capital social (Miceli, 1979), pode-se dizer que, no Brasil desse período, a imprensa atuou no sentido de alargar o mercado de trabalho da intelectualidade nacional, como sugere em outra obra, Sérgio Miceli, para quem, "em termos concretos, toda a vida intelectual era dominada pela grande imprensa que constituía a principal instância das gratificações e posições intelectuais" (Miceli, 1977, p. 15).

Imprensa e venalidade

Embora reconhecidamente poderosa, ou exatamente por isso, a imprensa jamais esteve alheia a toda sorte de críticas, exatamente por se afirmar, de acordo com as conveniências políticas, uma espécie singular de arauto da democracia ou um maquiavélico instrumento de regimes tirânicos. Talvez não seja possível afirmar peremptoriamente se, no cômputo geral, os elogios à sua atuação foram, ao longo dos séculos, mais numerosos e consistentes do que os ataques que sofreu. De tempos e tempos, ataques e elogios parecem ter se revezado nas múltiplas leituras que se fizeram do papel da imprensa na história ocidental. No Brasil, em particular, a despeito do reconhecimento tácito de sua importância para a consolidação de regimes mais ou menos

democráticos, os ataques à imprensa mostraram-se particularmente candentes, não exatamente por um pretensão desapego a ela, mas, ao contrário, por absoluto instinto de preservação daquela que, em momentos decisivos de nossa história, fora vista como a última reserva moral de uma nação.

Nesse contexto, poder-se-ia infirir, os ataques adquiriram um raro sentido de elogio às avessas, já que traziam em seu bojo uma indefectível necessidade de manutenção do *status quo* democrático da imprensa nacional.

A passagem do século XIX para o XX, no Brasil é modelar nesse sentido, pois talvez jamais em nossa história a relação entre a imprensa e a nação revelou-se tão ambígua: se, por um lado, o jornalismo fora objeto dos mais entusiastas elogios – que chegavam ao exagero de concebê-lo ora como o "arauto do progresso" (Rio, 1911, p. 04), ora como "a mais importante criação dos tempos modernos" (Neiva, 1927, p. 97) –, por outro lado, fora alvo da mais acirradas críticas, que sem tergiversações de nenhuma espécie, não hesitavam em considerá-lo ora uma "fábrica de carapetões" (Barreto, 1984, p. 105), ora uma "trombeta do cabotinismo" (Rio, 1911, p. 195).

Frases de efeito que retratam, com uma relativa fidelidade, a relação entre a sociedade e a imprensa naquele período. Contudo, apesar das aparências, não se pode falar exatamente em equilíbrio de opiniões: embora houvesse um reconhecimento efetivo da importância da imprensa para a vida social, política e cultural do Brasil da passagem do século, o que se pode notar, a partir de uma mais ampla e diversificada leitura da produção intelectual e artística do período, é uma clara tendência à crítica negativa do papel desempenhado pelo jornalismo, criando uma imagem da imprensa em que se ressaltava, deliberada e enfaticamente, o que se considerou ser uma atuação extremamente deletéria para a sociedade como um todo e, em particular, para a classe dos intelectuais. Assim, a imprensa passou a ser vista, na maioria das vezes - e, curiosamente, sem prejuízo do reconhecimento de seu valor intrínseco -, como alvo privilegiado de ataques e despautérios, de críticas e imprecações, de vilipêndios e injúrias de toda sorte. Espécie de bode expiatório de toda uma facção letrada da sociedade - justamente aquela que mais devia à sua ação catalisadora -, a imprensa, enfim, acabou sendo vítima de um verdadeiro processo de *demonização* por parte dos intelectuais do período, processo que pode ser facilmente notado nos mais diversificados registros: do conto à crônica, da novela à caricatura, do romance à poesia.

O primeiro e talvez mais evidente indício desse processo a que aludimos é o conjunto de críticas dirigidas a uma suposta *venalidade* da imprensa, a qual se manifesta principalmente na sua relação com o poder constituído, com o *establishment* político nacional.

Trata-se de uma relação colusiva, imediatamente reconhecida por todos aqueles que, direta ou indiretamente, atuam junto à imprensa no período, sobretudo intelectuais e escritores de todas as matizes. É o que demonstra, por

exemplo, conferência proferida por Rui Barbosa e editada na Bahia em 1920, que se constitui num singular libelo contra os abusos da imprensa e contra as possíveis relações espúrias entre esta e o poder constituído; defendendo uma imprensa livre, desvinculada dos poderes governamentais, o eminente jurista baiano logra exprimir com rara acuidade a venalidade a que aludimos anteriormente (Barbosa, 1990).

Consciência semelhante acerca do caráter venal da imprensa é revelada por muitas outras personalidades da época, como Filinto de Almeida, ele próprio um dos mais atuantes jornalistas do começo do século, para quem a imprensa tinha o poder de interferir decisivamente numa série de instâncias sociais brasileiras, afirmando-se com um poder acima de outros poderes (Almeida, 1931); como João Ribeiro, venerável acadêmico e filólogo, para quem a imprensa governa, julga e legisla sem ser governo, magistrado ou parlamentar (Ribeiro, 1964); ou como João do Rio, por muitos considerados o fundador do nosso moderno jornalismo, que criticava o noticiário encomiástico, feito mais por laços de gratidão do que pelo bem da verdade (Rio, 1932).

Curiosamente, a questão da venalidade e do poder da imprensa foi tratada até com mais frequência e assiduidade pela literatura, preenchendo passagens antológicas em mais de um romance do período.

É exemplar, nesse sentido, o romance de Lima Barreto – *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (1909), em que o romance volta toda sua pena militante e sua ferina ironia contra os descaminhos de a imprensa venal da recém-fundada República, denunciando suas ligações com a política e lutando contra a pasteurização da linguagem literária, promovida pelos jornais.

Seus ataques à atividade jornalística, que aliás exerceu com inigualável maestria, são particularmente incisivos. Por meio da personagem Laje da Silva e de outras cenas não menos sintomáticas da maneira como Lima Barreto encarava o problema do poder da Imprensa, o autor mostra-nos como a figura do jornalista é considerada pela população com uma devoção quase fetichista: os jornalistas seriam sacerdotes consumados que fariam parte de uma falange sagrada. Mas a desmistificação da figura do jornalista não custa a surgir da pena implacável de Lima Barreto: primeiro, o autor traça um perfil crítico do profissional da imprensa, através das figuras patéticas de Raul Gusmão e de Oliveira; depois procura defini-los com termos poucos lisonjeiros, onde se destacam principalmente epítetos ligados à caracterização de animais irracionais.

Convém lembrar que os ataques desferidos por Lima Barreto à imprensa não são meros resultados de um pessimismo infundado, mas conseqüência de uma minuciosa e crítica observação da realidade circundante, ponto de partida de toda a ficção limabarretiana:

"A imprensa! Que quadrilha! Fiquem vocês sabendo que, se o Barba-Roxa ressuscitasse, agora com os nossos velozes cruzadores e formidáveis couraçados, só poderia dar plena expansão à sua atividade se se fizesse jornalista. Nada há tão parecido como o pirata antigo e o jornalista moderno: a mesma fraqueza de meios, servida por uma coragem de salteador; conhecimentos elementares do instrumento de que lançam mão e um olhar seguro, uma adivinhação, um faro para achar a presa e uma insensibilidade, uma ausência de senso moral a toda prova". (Barreto, 1984, p. 69)

Isto sem falarmos no clientelismo, na relação corrupta entre imprensa e polícia, no despreparo intelectual e na desonestidade profissional, na prática continuada da mentira e das trapações, nos interesses escusos da imprensa, tudo condenado e revelado com veemência pelo autor ao longo de sua obra.

Crítica semelhante pode ser percebida ainda noutros romances do período, como em *Mocidade Morta* (1899) de Gonzaga Duque, em que o autor denuncia – pela boca de um de seus personagens – a imprensa manipulada, que trabalha como “meia dúzia de encômios” de ocasião (Duque, 1973, p. 110); em *Madame Pommery* (1919) de Hilário Tácito, onde se revela – não sem ironia – a “harmonia edificante nas relações e correlações observadas entre políticos (e) jornalistas” (Tácito, 1920, p. 182); ou no esquecido *O Urso* (1901) de Antônio de Oliveira, em que há uma cena de troca de favores explícita entre um político do governo (Doutor Barros) e um jornalista venal (Maneco) (Oliveira, 1976, p. 199).

Imprensa e sensacionalismo

Ao lado de críticas à sua venalidade, o processo de demonização pelo qual passou a imprensa esmerava-se por enfatizar o afamado sensacionalismo que, nas primeiras décadas do século XX, tomara conta definitivamente da imprensa.

Muitos reclamavam, por exemplo, da proliferação de notícias que – veiculadas de modo irresponsável por jornalistas mais afoitos e por uma imprensa “impatriótica e deshumana” – acabam amedrontando a população (Campos, 1944, p. 263); outros – como ocorre na célebre revista de ano de Arthur Azevedo, *O Tribofe* (1891) – preferiam denunciar a imprensa como indiscreta, noticiando “Casos que não se passaram, / Nem nunca se hão de passar!” (Azevedo, 1986, p. 119); havia por fim aqueles que, além de condenar essa mesma indiscrição, lamentava – não sem uma dose de ironia – o desrespeito com que eram tratados os cidadãos, em função de um oportunismo das folhas diárias, já que “nada mais é respeitado pela fúria da

reportagem” (Bilac, 1996, p. 161)

Essa questão do sensacionalismo na imprensa – sem dúvida alguma, um fenômeno novo, que surgira exatamente com as transformações urbanas ocorridas na passagem do século XIX para o XX – passava evidentemente pelo reconhecimento de uma degradação de uma atividade profissional que, embora relativamente recente no Brasil, já mostrava sinais de empobrecimento ético e moral: cada vez mais veiculava-se ninharias, *faits divers*, pequenos episódios cotidianos que atraía multidões de leitores curiosos por saber da vida alheia ou a procura de detalhes prosaicos de nossa vida urbana. Assassinatos, brigas, acidentes, assaltos, casos de adultério, celebridades, tudo passava a ser motivo para a exploração impiedosa da imprensa sensacionalista da época.

A imprensa passa, portanto, a ser vista, por olhos mais críticos, como um mero balcão de anúncios, em que a seriedade dos artigos de fundo perdem espaço para os cada vez mais famosos e patéticos *a pedidos*. O cotidiano é, de certa forma, teatralizado, dando ensejo a longas e minuciosas narrativas sobre bagatelas, preferencialmente as mais pessoais e de forte apelo emotivo. A calúnia e a injúria são também práticas condenadas por aqueles que clamam por um jornalismo mais justo e comedido, mais pautado na ética que no oportunismo. Em um de suas incontáveis crônicas que escrevera para *O País*, em 1914, na célebre coluna intitulada “Microcosmo”, Carlos de Laet – com a ironia que lhe era peculiar – narra uma discussão entre “pessoas que se interessam pela imprensa”, acerca da necessidade de se criar uma escola de jornalismo; ao longo da acalorada discussão, vai mostrando como, pela lógica da profissão em causa, ficariam dispensadas do quadro de disciplinas a serem estudadas pelo futuro jornalista, o Português, a Matemática, a Geografia, a História, a Filosofia, a Sociologia, o Direito e outras, por serem elas prescindíveis para o desempenho da profissão. Criado o impasse, já que quase nada restara para compor o currículo do curso e tendo sido dispensadas mesmo as “matérias” mais prosaicas (como a esgrima ou o tiro), chegou a conclusão de que se devia optar por uma disciplina que, embora não muito útil, parecia adequada aos propósitos da imprensa, a de Mitologia. Como parecera aos debatedores que o curso se apresentava insuficiente, aventou-se a idéia de que, além daquela, mereceria acolhida nada mais nada menos do que a disciplina de *Xingologia*:

“um dos assistentes, que até ali se mantivera em silêncio, pediu a palavra e propôs a criação da cadeira da mais importante das matérias, para a qual não havia título próprio, mas que ele chamaria de *Xingologia*, isto é, a arte de xingar, de injuriar, de insultar, de rebaixar o adversário mediante emprego de vocábulos descomedidos, soezes,

ignóbeis e sujos (...) Entreolhamo-nos interditos. Só no fim nos raiava a luz! Acabava de ferir-se o ponto essencial do jornalismo contemporâneo. Não era preciso mais nada. Lavrou-se uma ata. O curso terá só duas cadeiras: uma de mitos e ficções, a outra de *xingação* por escrito” (Laet, 1983, p. 230)

Salta aos olhos, nessa crônica, a ironia e o *non sense* com que era tratada por Laet a atuação da imprensa na época, muito mais afeita a mentiras e xingamentos do que a uma atuação responsável e ética.

Vista quase sempre por uma ótica superlativa, a imprensa define-se melhor a partir da *profissionalização* do escritor. Em outros termos, é por meio do processo de profissionalização do escritor que a imprensa irá se consolidar no cenário cultural brasileiro e que a literatura irá se ajustar dentro dos moldes acadêmicos. Resumidamente, o inexorável encontro entre literatura e imprensa, que se dá de modo flagrante no despertar do novo século, passa necessariamente pela profissionalização do escritor. Esse não é um processo fácil, imediato, sem conseqüências para a cultura nacional. Ao contrário, trata-se de uma longa jornada que, a rigor, data dos primeiros anos do século XIX, quando a imprensa é trazida oficialmente ao Brasil pela corte de D. João VI; mas é durante a passagem daquele século para o atual que o processo vai-se adensar definitivamente, criando o escritor-jornalista, o profissional da escrita, o *homem de letras*, no mais amplo sentido.

Evidentemente, a expansão profissional da figura do escritor gerava toda sorte de conflitos e possibilitava infinitas distorções éticas, uma vez que o poder de que o escritor estava imbuído, quando tornado um profissional reconhecido por meio da imprensa, podia ser facilmente empregado no sentido de se estabelecer vínculos espúrios, como ocorria nas relações colusivas entre escritor e governo, conforme aludimos acima. Mas tais distorções podiam ser menos complexas e/ou políticas, podendo-se manifestar como simples desonestidade profissional por parte do escritor-jornalista, como pode ser entrevisto nas repetidas críticas que Lima Barreto faz aos profissionais da imprensa nas suas já citadas *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*.

Da dolorosa ambigüidade forjada na relação tensa entre emancipação e dependência, entre liberdade profissional e subordinação, nasce uma visão extremamente pessimista do profissional das letras (literato e/ou jornalista), que muitos intelectuais da época não hesitaram em expor de modo pateticamente perverso. Personagem instigante dessa história de muitas lacunas, é a figura de Humberto de Campos, escritor copioso que, desde cedo, aliou com êxito incomparável literatura e jornalismo: tendo começado sua carreira literária como poeta, dedicou-se com afinco à crônica jornalística, sendo capaz de escrever uma mesma história em duas versões, uma

“verdadeira” e outra ficcional. Encarnou, como nenhum outro autor, a profissão de escritor durante as primeiras décadas do século XX, vivendo, contudo, sob o peso de uma dubiedade profunda: vive da pena, mas reclama de ter de vender seus escritos; vê-se como um profissional explorado pela imprensa, ao mesmo tempo em que não considera a literatura uma profissão no sentido rigoroso da palavra; tendo dedicado, de boa vontade, toda a vida a esse trabalho, a ponto de se considerar um "operário da pena" e um "proletário intelectual", lamenta, já no fim da vida, ter-se tornado uma espécie de escravo da escrita. Tratava-se, no final das contas e a despeito de seu reconhecido sucesso como escritor, de uma visão extremamente pessimista da profissão, em que se misturavam muito de desilusão, arrependimento, mágoa e impotência, sentimentos pungentemente resumidos nesse consternado desabafo, norteados por angustiantes interrogações:

“Não ha, na minha vida, ambição maior (...) que a de escrever obras que se tornem úteis aos homens de hoje e fiquem na memória dos homens de amanhã. Como poderei eu, porém, fabricar um móvel majestoso e sólido, se na minha existência de carpinteiro das letras eu tenho de pôr á venda, cada manhã, no mercado, a táboa que aplainei á noite? Como poderei escrever um romance forte, um trabalho de meditação ou de observação, se tenho de vender, a retalho, as idéias miúdas que me vêm, e se não ha compradores na praça para as outras de maior parte? Que aspiração póde alimentar, ainda, um escritor cujas ilusões caíram todas, e morreram, como pássaros, na gaiola da realidade, e que tem de ralhar diariamente com o cérebro por ordem imperiosa do estômago?” (Campos, 1933, p. 20).²

Afirmações como essa estendem-se por um rosário de lamentações contra o profissional das letras, tivesse ele a ambição de se afirmar apenas como escritor ficcional ou de emergir como um jornalista de profissão, no cenário nacional. Assim, Humberto de Campos não hesita em categorizar os jornalistas e os escritores de um modo geral como pertencentes à família dos intelectuais "condenados à pena da pena" (Campos, 1933), como trabalhadores "condenados às gales da tinta e da pena" (Campos, 1941), como soldados de trabalho "anônimo e desconhecido" (Campos, 1940), enfim como

² O tema do jornalista que não vê a luz do sol em função do excesso de trabalho também está presente em Campos, 1957; Neto, 1922; Costallat, s.d.

profissionais humilhados pela miséria ou publicistas levados a violentar o próprio pensamento.³

Com algumas exceções, aliás, a visão pessimista da profissão de escritor parece ser uma das marcas da época: Antônio Torres lamentava, em carta ao amigo Gastão Cruls, o fato de a remuneração pelo trabalho do escritor ser demasiadamente baixa (Cruls, 1950); Coelho Neto descreve, num romance calcado na realidade, a impotente irritação de Aluísio Azevedo diante da mesma atividade (Neto, 1920); num poema publicado no *Diário da Bahia*, em que mescla sátira e desilusão, o escritor baiano Aluísio de Carvalho reclama da penúria em que se encontram aqueles que se dedicam às letras num país onde os livros não têm valor (Alves, 1986); Filinto de Almeida, em crônica escrita para *A Noite*, lastima o fato de o escritor não conseguir se sustentar com o fruto de seu esforço, enquanto editores, donos de jornal, livreiros e outros lucram com o trabalho alheio (Almeida, 1931). Todos esses sentimentos em relação ao difícil processo de profissionalização do escritor no Brasil, exemplarmente resumido por Humberto de Campos no excerto acima transcrito, encontrava nas palavras sugestivas de uma personagem de Benjamim Costallat - a qual, não por acaso, era um escritor sem sucesso -, uma síntese emblemática:

“Para todos nós, que vivemos do nosso cerebro, mesmo que não o tenhamos de ouro, não são estranhos os supllícios do homem que arrancava de seu craneo, até não poder mais, os ultimos filamentos preciosos de metal. Se ha uma profissão triste é a nossa. Se ha uma arte soturna é a que praticamos. O pintor trabalha ao ar livre. O esculptor assobia com o buril na mão. O musico canta quando compõe. O escriptor não faz nada disso. Elle se vê só, comsigo mesmo, deante de uma porção de folhas rabiscadas, que voam e que allucinam. E se enerva e se exaspera! Vive sem alegria, enterrado entre livros e entre borrões de tinta, emquanto, lá fóra, o dia é lindo, ha gente nas praias e o sól faz maravilhas sobre o mar! (...) Não gozamos as bellas noites. O nosso luar é a lampada da nossa mesa. E sob a sua luz, queimamos uma vida inteira, os olhos e a sensibilidade, para arrancar do cerebro, senão ouro, pelo menos sangue!”(Costallat, s.d., p. 142).

Com igual propriedade, outros autores reclamavam - por motivos diversos - da profissão de escritor e/ou jornalista: de Aluísio Azevedo a Malheiro Dias, de Lima Barreto a Gonzaga Duque, de Rodrigo Octávio a Olavo Bilac.

³ Para a atuação de Humberto de Campos como jornalista, consultar Lebert, s.d.

Esse último, por exemplo, numa de suas muitas crônicas em que trata da profissão que exerceu durante grande parte de sua vida, afirma ser o jornalista um dos principais candidatos dos tratamentos médicos, pelos vitupérios e pelas calúnias que sofre, pelos processos de responsabilidade e pelas cartas anônimas que recebe. Assim, esse “jornalista neurastênico” poderia ser descrito como “um aparelho receptor e condensador das comoções, dos abalos, das paixões de toda uma população” (Bilac, 1996, p. 151)

Visão semelhante da profissão revela Carlos Malheiros Dias, por meio do protagonista de *A Mulata* (1896). Descrevendo-o num estado de carência patético, faz Edmundo refletir nos seguintes termos a respeito da profissão de jornalista, com a qual procura estabelecer contato próximo:

“...a vida escondida de alguns jornais, em que os repórteres, sem terem jantado, dormem sobre as mesas das redações ou numa cama de gazetas! Já vira aquilo, uma noite (...) fora ver um rapaz magro dormir, a cabeça encostada a um dicionário... e até lhe parecera que o infeliz tinha febre... Transpirava, e fazia contudo muito frio nessa noite de aguaceiro, em Agosto. Nada o cobria, e as fontes latejavam-lhe...” (Dias, 1975, p. 63)

Outras descrições misturam desalento pela profissão, descrição fêérica do maquinário da imprensa e visão pessimista do jornalismo (sobretudo quando este se contrapõe à “verdadeira” arte). É o caso, ao lado do já citado Lima Barreto, de Coelho Neto, cujo romance *Turbilhão* (1906) inicia-se com uma descrição de uma redação da imprensa em que não faltam imagens grandiloqüentes, todas resumidas na alegoria de “Monstro devorador do gênio” (Neto, s.d., p. 12).

É exatamente essa visão pessimista do jornalista e da profissão por ele exercida que encontramos em outros depoimentos de autores da época ou ainda no próprio Coelho Neto que, numa crônica de 1920, escrita para o jornal *A Noite*, brinda-nos como uma visão quase patética do jornalista, em muitos aspectos confirmando aquela passagem aqui transcrita do romance de Malheiros Dias:

“esses homens-força, de cuja penna ligeira e incançavel depende a tranquilidade das nações, trabalham para todos e para tudo, menos para elles proprios (...) No afan em que vivem esquecem-se de si mesmos e se uma doença os atraiçoa ou se a velhice os inutilisa, elles, que levantaram construcções magnificas, que deram gloria e fortuna generosamente, ficam ao desabrigo...” (Neto, 1922, p. 166).

Entre tantas descrições das mazelas provocadas pela profissão de jornalista, que aqui já se alongam em demasia, nenhuma parece tão tocante quanto aquela feita por Benjamim Costallat no seu livro de crônicas *Paysagem Sentimental*, em que a visão feérica do trabalho jornalístico impressiona pelos detalhes mórbidos, quase grotescos:

“Na redacção, o movimento intenso afogava-me a vista de luz e de esforço. O barulho nervoso e irascível das linotypos excitava ao trabalho, á luta, á ambição (...) Mas um trabalho mysterioso, soturno, feito á noite e ás pressas (...) Nas machinas, numa allegoria de fogo e de calor, o ranger impenitente das violentas aparções do chumbo; na panella gigantesca o metal em ebulição, em febre, em diabolica temperatura; na respiração constante e incansavel da prensa, que esmaga as paginas, tritura os typos, viola os espaços, e se derrama em gordura; no guinchar inexpressivo dos instrumentos que cortam, que ferem e que perfuram; na formidavel evaporação de todo aquelle trabalho de homens e machinas, de nervos e de aços, de engrenagem e musculaturas, de força e energia, de mecanismos e vontade – tudo é lugubre e tenebroso, feio e impressionante...” (Costallat, 1936, p. 191).

Semelhante descrição, em que se misturam homens e máquinas, em que a atuação da imprensa é descrita pela perspectiva do lúgubre e do tenebroso, em que a ambientação – com seu calor insuportável, sua “diabolica temperatura”, seus ruídos ensurdecadores – chega a ser dantesca, leva ao paroxismo o processo de demonização da imprensa pelos intelectuais da passagem do século.

Conclusão

Com o desenvolvimento da sociedade moderna e de mecanismos industriais de produção gráfica, a imprensa passa a desfrutar de um poder quase inabalável, tornando-se - com sua temível ubiqüidade - um dos mais importantes instrumentos modernos de democratização. Para o bem ou para o mal, envolve-se com o poder constituído, com as ideologias de toda natureza, com a cultura de um modo geral. Assume, assim, nas sociedades modernas ou em vias de modernização, aquele papel insinuado pela célebre máxima de Burke, segundo a qual a imprensa se constituía, resolutamente, num indefectível *quarto poder*.

No Brasil, essa realidade parece ter sido sentida de modo mais

contundente do que outros países europeus, onde a imprensa já não era tão nova e parecia estar devidamente enquadrada no *modus vivendi* da sociedade urbana. Como os testemunhos aqui citados demonstram, a relação da sociedade com a imprensa, mediada pela intelectualidade nacional, era bastante tensa, revelando não apenas a complexidade dessas relações, mas principalmente o longo caminho que ainda seria necessário percorrer até que a imprensa pudesse ser plenamente aceita por uma parcela dessa mesma intelectualidade como um dos imprescindíveis mecanismos de democratização social.

Referências bibliográficas

- Albert, P. e Terrou (1990) F. *História da Imprensa*. São Paulo, Martins Fontes.
- Almeida, Filinto de (1931) *Colunas da Noite*. Paris, Truchy-Leroy.
- Alves, Lizir Arcanjo (1981) *Poesia e Vida Literária na Bahia de 1890 a 1915*. São Paulo, FFLCH/USP, (Dissertação de Mestrado).
- Azevedo, Arthur. *O Tribofe*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.
- Barbosa, Rui (1990) *A Imprensa e o Dever da Verdade*. São Paulo, Edusp/Com-Arte.
- Barreto, Lima (1984) *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. São Paulo, Ática.
- Bilac, Olavo (1996) *Vossa Insolência* (org. Antônio Dimas). São Paulo, Companhia das Letras.
- Boivin, Émile (1949) *Histoire du Journalisme*. Paris, Presses Universitaires de France.
- Campos, Humberto de (1933) *Os Párias*. São Paulo, José Olympio.
- _____ (1940) *Crítica. Segunda Série*, Rio de Janeiro, José Olympio.
- _____ (1941) *Sepultando os meus Mortos (Crônicas)* Rio de Janeiro, W. M. Jackson.
- _____ (1944) *Vale de Josafá*. Rio de Janeiro, W. M. Jackson.
- _____ (1957) *Reminiscências...* Rio de Janeiro, W. M. Jackson.
- Capelato, Maria Helena R (1988) *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo, Contexto/Edusp.
- Costallat, Benjamim (1936) *Paysagem Sentimental (Chronicas)*. Rio de Janeiro, José Olympio.

- _____. *Gurya*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, s.d.
- Cruls, Gastão (1950) *Antônio Torres e seus Amigos (Notas Bio-Bibliográficas seguidas de Correspondência)*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- Dias, Carlos Malheiro (1975) *A Mulata*. Lisboa, Arcádia.
- Duque, Gonzaga. *Mocidade Morta* (1973) São Paulo, Editora Três.
- LAET, Carlos de. *Obra Seleta I. Crônicas*. Rio de Janeiro, Agir/Casa de Rui Barbosa, 1983.
- Lebert, Maria de Lourdes. *Humberto de Campos*. São Paulo, Melhoramentos, s.d.
- Martin, Marc (1997). *Médias et Journalistes de la République*. Paris, Odile Jacob.
- Medina, Cremilda (1988) *Notícia. Um Produto à Venda. Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial*. São Paulo, Summus.
- Melo, José Marques de (1973) *Sociologia da Imprensa Brasileira*. Petrópolis, Vozes.
- Miceli, Sérgio (1977) *Poder, Sexo e Letras na República Velha (Estudo Clínico dos Anatolianos)*. São Paulo, Perspectiva.
- _____. (1979) *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo, Difel.
- Neiva, Arthur (1927) *Daqui e de Longe... Crônicas Nacionais e de Viagem*. São Paulo, Melhoramentos.
- Neto, Coelho (1920) *A Conquista*. Porto, Chardron.
- _____. *O Meu Dia*. Porto, Lello & Irmão, 1922.
- _____. *Turbilhão*. Rio de Janeiro, Ediouro, s.d.
- Oliveira, Antônio de (1976) *O Urso. Romance de Costumes Paulistas*. São Paulo, Academia Paulista de Letras.
- Ribeiro, João (1964) *O Fabordão*. Rio de Janeiro, São José, 1964.
- Rio, João do (1911) *Vida Vertiginosa*. Rio de Janeiro, Garnier.
- _____. (1932) *Celebridades. Desejo*. Rio de Janeiro, Pátria Portuguesa e Lusitana.
- Sodré, Nelson Werneck (1977) *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal.
- Tácito, Hilário (1920) *Madame Pommery*. São Paulo, Revista do Brasil.
- Weber, Eugen (1988) *França Fin-de-Siècle*. São Paulo, Companhia das Letras.